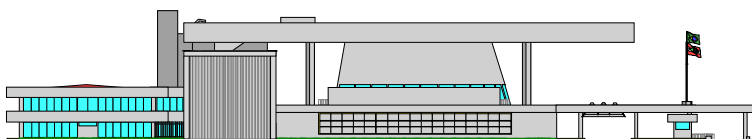


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 2 DE SETEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.327

**17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherem

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE  Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.ale.sc.gov.br IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2327 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES	ÍNDICE Plenário Ata da 079ª Sessão Ordinária realizada em 31/08/2011 2 Ata da 027ª Sessão Extraordinária realizada em 31/08/2011 11 Ata da 028ª Sessão Extraordinária realizada em 31/08/2011 12 Publicações Diversas Resolução 14 Redação Final 15
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos dez anos da Aprasc.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza o deputado Sargento Amauri Soares pela luta em prol da categoria.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença de Luiz Carlos Casagrande, de Faxinal dos Guedes.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Nelson Foz da Silva, do jornalista Marcelo, de Carlos Grassi, de Airton Moss e de Roberto Mileski, de São Miguel d'Oeste.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Agradece a presença do Clube Cultural Recreativo Beneficente da Melhor Idade Santa Paulina.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jorge.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença da presidente da Câmara de Municipal de Caçador, vereadora Sirley de Fátima Tibes Ceccatto, e do prefeito Adélio Marx, de Iporã do Oeste.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Homenageia Blumenau pelos seus 161 anos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Congratula-se com a deputada Ana Paula Lima nas homenagens a Blumenau.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Faz um balanço de sua viagem à China.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Parabeniza o deputado Jailson Lima pelo tema.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Valmiro Gesser, dos vereadores Carlos Antônio Stolfi, Lourival Klemann e Dário Tonolli, de Benedito Novo, e do vereador Otto Von, de Brusque.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se ao PL n. 0358/2011 e ao Projeto Microempreendedor.

DEPUTADO DADO CHEREM - Manifesta-se a respeito da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dado Chereim.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal, vereador Wolnei Leopoldo Hames, e do vereador Marcos Fabiano Beffart, de Correia Pinto; registra a presença dos vereadores de São José do Cerrito: Antônio Carlos Paes de Oliveira e Hélio Matos de Oliveira.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Presta homenagem a Blumenau.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Anuncia a presença de alunos do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, sob a orientação dos professores Eduardo Largura e Almir J. Pilon.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece considerações a respeito da saúde no Brasil.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a presença dos deputados em plenário.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Solicita a possibilidade da inversão no rito da sessão.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da segurança na fronteira.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

Ordem do Dia

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Encaminha votação ao PL n. 0333/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha votação ao PL n. 0333/2011.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Discute o PLC n. 0020/2009

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o PLC n. 0020/2009.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha votação ao PLC n. 0027/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, público presente nesta tarde de quarta-feira, antes de mais nada quero registrar a presença do vereador Adriano de Brito, da cidade de Imbuia, dizendo que sempre é uma satisfação encontrá-lo, ele que, neste momento, está tratando de assuntos de interesse da nossa cidade natal. Gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho, pelo desempenho das atividades na Câmara Municipal de Imbuia e pela bela recepção que sempre nos fazem quando temos a oportunidade de lá nos fazer presente.

Referi-me às atividades alusivas aos dez anos da Aprasc, que se cumpriu no último dia 25 de agosto, quinta-feira, Dia do Soldado. Como falava, tivemos um dia inteiro de atividades, com palestras pela manhã sobre a realidade dos praças em nível nacional, com a presença, inclusive, do cabo Benevenuto Daciolo, que é o principal líder do movimento SOS Bombeiros, do Rio de Janeiro.

Durante a tarde tivemos a assembleia da categoria, quando redefinimos a pauta de reivindicações que fomos entregar no Centro Administrativo, no final daquela mesma tarde. Fomos todos juntos e protocolamos o ofício, que foi recebido pelo chefe da Casa Militar, coronel José Volnei, a quem queremos agradecer pela cordialidade, assim como aos demais que lá nos receberam em ambiente coberto, pois estava chovendo.

Protocolamos no Centro Administrativo a pauta de reivindicação dos praças de Santa Catarina, que possui vários pontos, com três eixos centrais: o primeiro deles é a anistia aos praças punidos em virtude da participação no movimento reivindicatório no final de 2008, com o registro de que somente no estado de Santa Catarina ainda não houve anistia para policiais e bombeiros que tenham participado de movimentos com aquelas características. Pelo menos na metade dos outros estados da federação já houve movimento de reivindicação por parte de policiais e de bombeiros militares, com as mesmas características do que foi realizado no final de 2008 em nosso estado, que explodiu, arebentou e seguiu um curso que, na verdade, fez emergir do mar histórico de angústias reprimidas um conjunto de sentimentos que acabou aflorando e tornando-se,

evidentemente, como é comum nos casos de movimentos de militares, atitudes consideradas inusitadas, fora do comum.

Então, tem acontecido em todos os estados do Brasil desde o início da década de 90, aconteceu em Santa Catarina no final de 2008, depois aconteceu em outros estados da federação em 2009, 2010 e 2011. Em todos os outros estados houve anistia, inclusive aos bombeiros do Rio de Janeiro, cujo movimento foi no dia 03 de junho deste ano, há dois meses, portanto. O movimento aconteceu, já passou, evidentemente que as reivindicações persistem, mas os bombeiros já foram anistiados, enquanto em Santa Catarina, dois anos e meio depois, apesar de existir uma lei falando de anistia, continua o suplício contra tantos companheiros e contra, diria, com toda a certeza, a segurança pública da sociedade catarinense.

A pauta contém, evidentemente, a questão salarial. E hoje, em nosso estado, o pior piso salarial é o da Segurança Pública; o soldado da Polícia Militar, o agente da Polícia Civil, o agente penitenciário, quando inclui a carreira, são os que têm o pior piso. Não querendo depreciar evidentemente nenhuma das outras profissões, que merecem o nosso respeito e um bom salário, mas ter a Segurança Pública como o pior piso do estado, com certeza, diz bastante a respeito da situação da segurança pública que a nossa sociedade tem vivido.

Na questão das carreiras temos uma das mais travadas no Brasil, senão a mais travada. Em outros estados os praças podem chegar a coronel, mas em Santa Catarina os que passaram no concurso para sargento podem chegar a subtenente. Os soldados estão há 25 anos na mesma graduação. Há lei, há vagas, mas falta iniciativa político-administrativa por parte dos gestores. Assim, o nosso trabalho é no sentido de procurar resolver essas questões no atual governo.

Mas aí quem nos está acompanhando pode dizer: "O deputado vai para a tribuna falar exclusivamente das reivindicações da categoria dele, das reivindicações corporativas." Pois digo que são justas e necessárias. E, na nossa compreensão, não se trata somente de reivindicações corporativistas. Elas têm a ver com a necessidade da população catarinense, porque o pior piso de salário ser o da Segurança Pública implica muito além. O governador do estado atual, Raimundo Colombo, tem determinado que se contratem mais policiais militares, mas não consegue fazê-lo, inclusive porque faltam jovens com curso superior, que é o critério atual, interessados em entrar na Polícia Militar para ganhar o pior salário do estado.

Na Polícia Civil é o mesmo piso evidentemente, mas lá a situação é diferente, porque são menos vagas, é verdade. E há, inclusive, deputado Ismael dos Santos, novos policiais militares, que entraram nos últimos anos na corporação, fazendo concurso para trabalhar na Polícia Civil. Isso indica que há outros problemas que precisam ser resolvidos na Segurança Pública, ou seja, o tratamento, o plano de carreira, o regulamento disciplinar. Essas questões têm a ver também com esse fenômeno que está acontecendo de jovens não quererem mais entrar na Polícia Militar. E isso é um problema, sim, para a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Rapidamente, deputado, quero parabenizá-lo pela luta sempre intensa com relação à segurança pública do estado.

Quero também solidarizar-me com a proposta da anistia. Temos conversado com o governador sobre isso, v.exa. bem sabe disso, bem como sobre a questão salarial. Mas eu acho equivocada a atitude do governo, acredito que isso já é histórico, de colocar como pré-requisito para o ingresso na Polícia Militar o curso superior.

Acredito que o segundo grau seria suficiente. É claro que queremos uma polícia inteligente, uma polícia de inteligência inclusive, mas parece-me não ser adequado à demanda e à necessidade da sociedade esse obstáculo do curso superior para ingressar na Polícia Militar.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Com certeza é uma opinião que merece o nosso respeito, e ganhei o meu pronunciamento pela sua manifestação em favor da anistia.

Há um debate e a nossa proposta é estabelecer isso como critério, com prazo de dez anos para ser executado, a fim de que os jovens pudessem começar a se preparar nesse sentido também. O debate precisa continuar, e, evidentemente, as nossas demandas estão abertas a todas essas discussões.

Então, a nossa perspectiva é conseguir debater com as autoridades governantes. Temos conversado com várias autoridades e líderes partidários do governo atual com relação a esses assuntos, mas com certeza precisamos ampliar e avançar em torno da execução de medidas corretas para começar a resolver o problema da segurança pública de Santa Catarina.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaríamos de registrar com muita satisfação a presença, neste plenário, do artista Luiz Carlos Casagrande, natural do município de Faxinal dos Guedes, que está expondo suas esculturas de madeiras. Esta bela exposição que acontece *no hall* da Assembleia Legislativa mostra um pouco do seu trabalho como artista, ele que é filho de madeireiro e que utiliza a madeira exatamente como objeto sagrado da sua criação.

Então, além de fazer o registro da presença do Luiz Carlos Casagrande neste plenário, assistindo à nossa sessão, convidamos todos para conhecer o trabalho desse artista catarinense e visitar essa belíssima exposição de esculturas de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também parabeniza o artista, porque eu mesmo vi *in loco* a sua arte.

Parabéns pela sua arte!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, eu gostaria, da mesma forma, de parabenizar o belíssimo trabalho do escultor.

Quero também registrar a presença do prefeito de São Miguel d'Oeste, Nelson Foz da Silva, do Partido dos Trabalhadores, juntamente com toda a equipe de governo. Quero destacar a presença do jornalista Marcelo, do jornal *Gazeta*, do Carlos Grassi, secretário do Desenvolvimento Econômico, daquele município, do Aírton Moss, presidente da Acismo - Associação Comercial de São Miguel d'Oeste -, e do Roberto Mileski, que coordena a Expo São Miguel, que vai acontecer nos dias 11 a 15 de novembro deste ano. Também quero parabenizar o prefeito Sadi Bonamigo, pelo seu aniversário no dia de hoje, que se encontra em nosso meio.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de agradecer a presença do Grupo de Idosos de Navegantes, Clube Cultural Recreativo Beneficente da Melhor Idade Santa Paulina, que se faz presente nesta Casa, sob a responsabilidade da sra. Miriam Kuckembercker, que vieram assistir a esta sessão ordinária.

Quero dar as boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabenizo as componentes desse grupo, um vez que fomos autor da lei que promoveu os jogos da terceira idade.

Nossa homenagem a vocês.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Apenas quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Jorge, que está acompanhado de uma comitiva de vereadores, e o deputado Maurício Eskudlark fará menção aos outros membros.

O vereador Jorge é maestro da banda musical de Caçador, que é patrimônio cultural daquela cidade.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria também de registrar a presença, nesta Casa, da presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, vereadora Sirley de Fátima Tibes Ceccatto, grande líder, que assumiu a prefeitura. Ela é uma grande liderança no município.

Aproveito para registrar a presença do prefeito Adelio Marx de Iporã do Oeste, de sua esposa, bem como da rainha Mariana e das princesas, Edilene e Simoni, da festa que ocorrerá no mês de setembro. Elas depois farão o convite.

Também quero somar-me à manifestação do deputado com referência ao prefeito de São Miguel d'Oeste, ao Roberto, ao Aírton, ao jornalista Marcelo, enfim, às autoridades presentes daquele município. E manifestar nossa solidariedade ao artista Luiz Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também saúda as autoridades de Iporã do Oeste, a rainha e as princesas da festa.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero, primeiramente, dar um até logo para o grupo da terceira idade do município de Navegantes que nos visitou no dia de hoje.

Srs. parlamentares, minha vinda à tribuna na tarde de hoje tem como escopo uma homenagem ao município de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, que completará 161 anos no próximo dia 2 de setembro, cidade que tanto amamos, que reverenciamos em todo momento porque, com todo o respeito aos demais municípios catarinenses, Blumenau é realmente uma paixão.

(Passa a ler.)

"A trajetória histórica da nossa cidade traz em suas raízes a força desbravadora dos seus antepassados. No presente, a firmeza, a alegria e a vitalidade cultural de Blumenau que tanto amamos..."

Conhecida no Brasil e no exterior pela sua forte influência germânica, essa cidade abraçada e adotada por milhares de pessoas tem o grande mérito de encantar pelas riquezas culturais, pela natureza abundante e pela força daqueles que dela fazem o seu lar e lá se aconchegam.

Os alemães chegaram a Blumenau em 1850, fundaram um povoado e ali desenvolveram uma grande comunidade. Hoje, entretanto, a cidade já tem um grande contingente de descendentes de italianos, de açorianos e de outras etnias, todos muito bem recebidos e perfeitamente integrados.

A beleza de uma cidade por onde passa um rio é diferenciada. O rio Itajaí-Açu, que causa tanta alegria à população blumenauense, ao mesmo tempo pode gerar muita tristeza. Contudo, nós, que moramos naquela cidade, sabemos bem viver com essa adversidade.

Sou filha de blumenauenses e lá criei minha família também. Dela recebi o título de cidadã honorária, o que me orgulha, muito me dignifica e traz-me grandes responsabilidades. É nela que resido e onde dei os primeiros passos da minha vida profissional, tanto como enfermeira, como na reafirmação da confiança política de uma população que me honrou com mandatos de deputada estadual. Sou a primeira mulher a representar o vale do Itajaí nesta Casa. No Parlamento catarinense tenho o imenso privilégio de representar o vale, mas principalmente Blumenau.

Sr. presidente, Blumenau encanta pelo seu povo ordeiro, alegre, trabalhador e corajoso! É um povo guerreiro e orgulhoso de seus feitos, de sua história. É um povo que respeita credos e etnias. A própria diversidade cultural demonstra a sua extraordinária receptividade.

Ao completar 161 anos, Blumenau também é lembrada, e com muita justiça, pela extraordinária capacidade de recomendar, de superar-se, de enfrentar situações de absoluta tristeza e destruição, com força, trabalho e solidariedade.

Assim ocorreu em 1983 e 1984, quando das enchentes que assolaram a cidade, e em novembro de 2008, quando das chuvas e deslizamentos que tanta destruição trouxeram."

Tudo isso acontece, mas Blumenau sabe recuperar-se muito bem. As chuvas de 2008 ocasionaram imenso deslizamento e muita destruição, o que nos entristeceu muito, mas a cidade está novamente se reerguendo. Pessoas que perderam suas casas, seus terrenos, através do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida, estão tendo um teto para morar. Foi assim que aquele povo

ordeiro, trabalhador reconstruiu a sua cidade. Assim é Blumenau, assim é a nossa gente!

(Continua lendo.)

"Outra característica desta guerreira cidade é a diversidade das empresas e serviços. A cidade de forma heterogênea abriga seu polo industrial e comercial."

Blumenau é o berço das indústrias têxteis. Um exemplo para Santa Catarina e para o Brasil. Por outro lado, o respeito às tradições germânicas e italianas também é muito forte na cidade de Blumenau, a exemplo da Oktoberfest, em outubro, que traz pessoas de diversos países e de vários estados da Federação, e que faz parte do calendário nacional de eventos. A dança folclórica é uma tradição muito forte. Acontece em vários clubes de caça e tiro e envolve pessoas de todas as idades.

A gastronomia também é muito apreciada pelas pessoas que visitam a cidade. Isso tudo demonstra a inesgotável alegria do nosso povo e da nossa gente. Quicá tenhamos sempre a nobreza de tratar a nossa Blumenau com carinho, desenvolvimento e com políticas públicas voltadas ao bem-estar de todos.

É preciso honrar e cuidar dessa cidade que tantos amamos, através do incremento econômico e do zelo pela história dos nossos antepassados."

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não, sr. deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, quero apenas juntar-me às suas congratulações à cidade de Blumenau. V.Exa. adotou como sua cidade e eu tive a oportunidade de lá nascer.

E v.exa. lembrava muito bem quantos feitos houve ao longo desses 161 anos junto às curvas do rio Itajaí-Açu. Houve celebrações, é verdade, e também momentos de apreensão, como o de ontem à noite, quando o nível do rio chegou a 8.40m, assustando-nos, com 15 ruas da nossa cidade inundadas. Mas o povo consegue superar, como v.exa. colocou, pela sua visão e pela sua determinação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Realmente estávamos muito preocupados. E precisamos fazer mais um alerta para essa situação, porque não estávamos preparados para o montante de água que chegou ao rio Itajaí-Açu, e as pessoas estavam muito preocupadas. Mas essa cidade é um exemplo de superação. Dos meus 47 anos, passei todos em Blumenau com muito orgulho. O meu nascimento em outro lugar foi um desastre da natureza, mas a minha família é de lá. É onde crio os meus filhos e onde quero ser enterrada, e que demore muito tempo ainda.

Então, eu não poderia deixar de render as minhas homenagens a esse povo tão querido e trabalhador que reside e convive em nossa cidade.

Amamos Blumenau, os seus trabalhadores, as figuras folclóricas, os conhecidos e os não conhecidos, os artistas. Blumenau sonha e realiza os seus sonhos, porque é persistente nos seus objetivos. Amamos cada bairro, cada pedaço de chão. Essa cidade é uma parte de nós.

A forma que tenho de homenagear essa grandiosa cidade é através dos pronunciamentos feitos da tribuna desta Casa, onde represento o vale do Itajaí, e pelo trabalho que rendemos para o compromisso de desenvolvimento daquele município, do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Em primeiro lugar, quero saudar v.exa., sr. presidente, e os deputados desta Casa.

Ontem, deputado Antônio Aguiar, eu disse que falaria hoje sobre a China. E não tenho o menor prurido em discutir isso.

À medida que se discute contextualizações e inovação para o estado brasileiro e para o desenvolvimento da nossa economia, quando falei que iria para a China, e se tiver que ir outras vezes irei, tinha sempre o objetivo comum de construção de um cenário que nos diferencia. Um exemplo, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico e este deputado também, é que o Brasil terá que trocar em torno de oito mil centros de hemodiálise.

Na última conversa que tive com o ministro Alexandre Padilha, ele me fez uma solicitação, porque todo equipamento que há no Brasil, deputado Dado Cherem, v.exa. que foi secretário da Saúde, ou vem da Alemanha, dos Estados Unidos ou do Japão.

Hoje, conversamos com o secretário Alexandre Padilha, que está oficializando o convite à maior empresa de equipamentos de hemodiálise que fica numa província chinesa e que está instalada na maioria dos hospitais de grande porte. O Peru, inclusive, compra equipamentos deles com custos menores, com tecnologia complementar alemã e americana. E para os que questionam, e podemos passar o nome depois da empresa que o estado oficializará o convite para vir a Santa Catarina, fui a primeira figura pública brasileira a fazer uma visita a essa empresa em Chang Qing, uma cidade com 32 milhões de habitantes.

Ao mesmo tempo, protocolamos um acordo que deverá ser oficializado pelo governador ou pelo presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, com a província de Henan, com a universidade, de 20 bolsas de estudo de alunos catarinenses que irão para a China e de 20 alunos chineses que virão para Santa Catarina.

É importante ressaltar que China e Índia são os dois países com o maior número de profissionais fazendo PhD e pós-doutorado, e estão fora do eixo Estados Unidos/Europa. Somados, os alunos dos dois países passam de 150 mil alunos estudando no exterior, principalmente na área de matemática, física e biomédica.

Também quero dizer, deputado Amauri Soares, que visitei uma empresa da área médica, e a minha visita foi objeto de matéria num jornal na China, coisa que aqui no Brasil não acontece.

Exame para diagnóstico de dengue com duas gotas de urina; exame para diagnóstico de tuberculose com duas gotas de sangue; exame para diagnóstico de malária... Tanto em relação à dengue quanto à malária, seus medicamentos têm patentes chinesas e já são exportados para a África, resolvendo a vida de muitos povos, salvando muitas vidas, porque dengue no Brasil é doença epidêmica em determinadas áreas; malária é doença endêmica no norte e nordeste. Não temos em Santa Catarina, mas é um custo para o SUS extremamente elevado.

No ano passado, no Brasil, cinco milhões de brasileiros foram atendidos com dores torácicas nos hospitais, muitos deles com enfarte agudo do miocárdio, sem diagnóstico, que foram a óbito. A maioria dos pequenos e médios hospitais do Brasil não faz

exames laboratoriais e não tem laboratórios nas emergências para fazer esses exames, o que representaria uma grande solução para o país.

Exame de diagnóstico rápido para a hepatite A, B e C; HIV com doenças associadas e também com tuberculose associada.

Estou fazendo esse relato porque hoje o que o Sistema Único de Saúde paga para um exame é superior ao custo de um exame desses chegando no Brasil.

Estarei indo na semana que vem a Brasília - e aí o Deputadômetro não vai anotar a minha presença aqui - para levar essas soluções para o ministério da Saúde, as quais irão ajudar muito na saúde pública deste país.

Eu sou médico, especializei-me em saúde pública, em saúde do trabalhador, faço clínica em reumatologia e isso para mim representa buscar soluções, pois poderemos resolver problemas de saúde da nossa população.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. deputado, v.exa. aborda o tema saúde e não poderia deixar de fazer um aparte, especialmente quando diz que vai a Brasília, pois entendo ser um tema importante e fundamental.

Nesta Casa tenho discutido alguns projetos em relação a ações preventivas, e v.exa. citava a questão das hepatites, que no Brasil ainda não são tratadas como prioridade. Em Santa Catarina há regiões com problemas extremamente graves nesse sentido, e no litoral a hepatite C é recorrente, assim como no oeste é a hepatite B.

Por isso, acredito que o ministério da Saúde poderia adotar essas sugestões importantes que v.exa. está-nos trazendo. Parabéns por levantar esse assunto, pois ainda devemos, em termos de saúde pública, em algumas áreas, e essa é uma das que v.exa. está levantando, mas quem sabe os exemplos podem nos ajudar a avançar mais ainda.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Essa solução que está sendo apresentada permite ao médico fazer diagnóstico em escala, exames em escola, Polícia Militar, Polícia Civil, adotar como exame ocupacional de empresas, porque muitas dessas patologias não têm diagnóstico. E tanto a hepatite C quando a B são doenças que levam à cirrose. E existe ainda a hepatite D, que é a hepatite Delta, que normalmente, associada à hepatite B, leva a uma cirrose mais avançada e rapidamente.

Então, isso representa avanços e por isso a nossa preocupação com esse contexto. Ao mesmo tempo, tenho feito aproximação de diversos estados brasileiros. E acompanhou-me o pessoal do Rio Grande do Sul, do segmento da área de energia, o prefeito de Osório, onde foi estabelecida a relação de cidade coirmã com o município Nan Yang.

Por isso, através de uma série de ações que temos feito na aproximação desses povos, essa independência maior, porque tínhamos uma economia mais dependente da Europa e, prioritariamente, dos Estados Unidos. Eu entendo que educação é uma questão prioritária nesse cenário; é de fundamental importância, qualificando principalmente o pessoal de nível superior, para que possamos inovar e trazer soluções mais rápidas para o Brasil.

Assim sendo, terei a grata satisfação, deputado Antônio Aguiar, de estar recebendo da província de Henan, do congresso de Henan, o Prêmio da Amizade do Rio Amarelo da Província de Henan. Serei o primeiro catarinense a receber essa comenda. Eles anualmente dão essa comenda a dez figuras chinesas ou internacionais. E nós, com a nossa ação, teremos a honra de receber a comenda, o que me orgulha muito por estar trabalhando pela aproximação desses povos e, principalmente, por estarmos integrando soluções entre os dois países.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Otto Von, de Brusque, do presidente da Câmara Municipal, vereador Valmiro Gesser, dos vereadores Carlos Antônio Stolfi, Lourival Klemann e Dário Tonolli, do secretário Darlei Doege e do assessor jurídico Silvio Walter, todos de Benedito Novo, onde estivemos na última sexta-feira.

Eles estão aqui, dentre outras coisas, para voltar a pedir uma viatura para a cidade de Benedito Novo. E eles dizem que não precisa ser uma viatura nova, mas de bom estado, que vá para o interior e consiga voltar para o centro da cidade. Pelo menos isso. Mas achamos que Benedito Novo merece uma viatura nova, e o estado, com certeza, pode fornecer.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero somente registrar e incorporar-me à manifestação do deputado Sargento Amauri Soares. Na quinta-feira estive lá e na sexta-feira em Benedito Novo. Está aqui o Valmiro Gessner, nosso amigo e ex-vereador, que foi responsável pela delegacia, junto com essa caravana de lideranças e vereadores do município de Benedito Novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deu entrada nesta Casa o Projeto de Lei n. 0358/2011, de autoria do governo do estado, que dispõe sobre a revogação do parágrafo único do art. 3º da Lei n. 15.242, de 27 de julho de 2010.

Por que estou-me reportando a esse projeto de lei?

Quando foi aprovado nesta Casa o então projeto na época, em julho de 2010, lamentavelmente foi cometido um equívoco. E essa lei, srs. deputados, prejudicou muito as empresas catarinenses.

O que quero ressaltar é que o governo João Raimundo Colombo, juntamente com sua equipe de governo, fez uma reavaliação dessa lei e entendeu, inteligentemente, que esse parágrafo do art. 3º deve ser revogado.

O que aconteceu? Houve uma série de conflitos em relação ao Prodec catarinense. Os municípios foram prejudicados porque não havia a concessão. Ou seja, era retido dos municípios o que competia à participação no que diz respeito aos 25% de ICMS correspondentes aos municípios. E a grande maioria de municípios, alguns individualmente ou outros através da Fecam, entrou com uma ação contra o estado para receber o que ele tinha retido ou tinha, em outras palavras, ficado com esses recursos que pertenciam aos municípios. E a maioria dos municípios que conheço, tanto as ações individuais quanto as ações que foram protocoladas através da Fecam ou ingressaram através da Fecam, ganhou essa ação que eu também entendia e entendo que é legítima.

Com essa lei que foi criada em julho de 2010, o prejuízo não veio somente para os municípios. O prejuízo maior, sr. presidente, foi para as empresas que ficaram impedidas de acessar o Prodec catarinense, que é uma postergação do ICMS para as empresas que ampliam o seu parque fabril, os seus negócios, com, evidentemente, o propósito de aumentar, acima de qualquer coisa, a geração de emprego.

Na verdade, o governo protela o pagamento por um prazo mais longo para as empresas que iniciam atividades ou que vão aumentar o seu parque fabril, com o objetivo de aumentar os seus negócios, mas também com o objetivo maior de aumentar emprego, porque é isso que a lei determina.

Essa lei que foi aqui aprovada e que veio do governo na época o que determinava no art. 3º? Proibia as empresas daquele município que entrou com ação individual ou coletiva de participar do PProdec, que é uma postergação do ICMS, em que a maioria das empresas que vão ampliar seus parques fabris, seus negócios, tinha esse direito, em outras palavras.

Lamentavelmente, como já disse, muitas empresas ficaram impedidas. Somente no planalto norte, que eu conheço, em São Bento do Sul e em outros municípios estão há muito tempo reivindicando o acesso ao Prodec para fazer investimentos.

Como disse, esse projeto de lei que o governo encaminhou à Assembleia Legislativa, deputado Dóia Guglielmi, revoga esse parágrafo e vai permitir novamente às empresas acessar esse programa tão importante para Santa Catarina, para ampliar não somente os negócios, mas principalmente a geração de emprego em nosso estado.

Por isso, quero enaltecer a iniciativa e a decisão do governo, juntamente com o secretário da Fazenda, dr. Ubiratan Rezende, que foram muito felizes nessa avaliação. E com isso as ações que estão na Justiça obviamente poderão ser acordadas judicialmente ou esperar o seu final, mas ao mesmo tempo os municípios já vão conseguir, à medida que for aprovada essa lei, receber o que é de direito, o percentual de 25% e, além disso, as empresas poderão acessar o Prodec para fazer investimentos e gerar mais empregos em Santa Catarina.

Então, quero aqui desde já reconhecer a mensagem desse projeto de lei e ao mesmo tempo colocar que certamente a nossa bancada, além de votar favoravelmente, até porque na época votamos contrariamente ao projeto de lei de julho de 2010, vai votar, além de defender o projeto, favoravelmente.

Não poderia deixar também de registrar outro projeto de lei que está entrando nesta Casa, que é o projeto

Microempreendedor, em que o governo do estado vai emprestar até R\$ 3.000,00 a juro zero, que vai beneficiar os pequenos proprietários, o microempreendedor, seja o que vende o cachorro quente, o pintor, o cabeleireiro e tantas outras atividades do microempreendedor individual, que muitas vezes, deputado Maurício Eskudlark, não tem sequer R\$ 200,00 para iniciar um pequeno negócio. O valor será financiado em sete vezes, e se o empreendedor que tiver dinheiro emprestado pagar em dia, a última parcela será quitada pelo governo do estado.

Então, temos que realmente reconhecer que esse projeto vai estimular oito parcelas, sendo que a sétima será por conta do empreendedor ou do proprietário e a oitava será ressarcida, ou seja, paga pelo governo, desde que todas as outras parcelas sejam pagas em dia. Portanto, juro zero.

Assim, temos que enaltecer e divulgar a todos os catarinenses essa iniciativa do governo, através do Badesc, que vai beneficiar certamente muitos proprietários e, principalmente, aquele que tem menos recursos, vontade de iniciar o seu negócio e muitas vezes não consegue porque não tem aquele pontapé inicial.

Para concluir, quero ressaltar que, mesmo aquele proprietário tendo vontade de abrir o seu negócio, ele não tendo onde obter esse recurso, esse projeto de lei que certamente aprovaremos aqui na Assembleia vai dar essa condição para ajudar principalmente o pequeno proprietário.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, assomo à tribuna na tarde de hoje para debater um tema extremamente renovado, de tão velho que é. Quero falar aqui sobre a regulamentação da Emenda n. 29 que voltou à tona no Congresso Nacional.

Gostaria de falar sobre isso, sr. presidente, porque há sete ou oito meses estive nesta tribuna e disse que ou se tratava a saúde pública com seriedade ou iríamos passar o ano fazendo de conta que promovemos saúde.

Não vou aqui apontar o dedo para ninguém, não vou fulanizar, porque o problema da saúde é conjuntural, é um problema orgânico de estrutura. Mas não dá mais, deputados Jailson Lima, Volnei Morastoni e Antônio Aguiar, que são médicos e conhecem profundamente o sistema, para penalizar os municípios e os estados pelo que se chama de caos na saúde pública.

Todos os srs. deputados sabem o que eu estou falando, porque onde é que encontramos as dificuldades de acesso à porta do SUS, a não ser no prestador de serviço ou na rede hospitalar?

No meu modo de ver, srs. deputados, temos três pontos emblemáticos: a regulamentação da Emenda n. 29, que vai fazer onze anos; a implantação de uma política nacional voltada para os hospitais conveniados com a rede SUS; e a regulamentação da profissão de médico como carreira de estado

para realmente estimular os profissionais a trabalhar.

Vejam bem, srs. deputados, que com a aprovação da emenda os municípios, de uma hora para outra, foram obrigados a aplicar 15% em saúde pública. Os estados, em quatro anos, tiveram que subir os seus orçamentos em 100% na aplicação em saúde pública, e não se sabe até hoje quanto é que a União aplica em saúde pública.

Não adianta ter um prefeito que foi médico, como o deputado Volnei Morastoni ou como o deputado Jailson Lima, e obrigá-lo a investir 20%, 23% ou 25% e ele sofrer um desgaste brutal porque não consegue abrir a porta de atendimento do SUS.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que é médico, diz que a Organização Mundial de Saúde avalia o bom atendimento em saúde pelo Índice de Mortalidade Infantil. Santa Catarina tem o menor Índice de Mortalidade Infantil e mesmo assim, todos os dias, deputado Sílvio Dreveck - e v.exa. também sofreu como secretário de Saúde de São Bento do Sul -, vimos estampado nos jornais o caos na saúde. Não existe quem faça saúde pública subfinanciada, por melhor que seja o gestor e por mais bem intencionado que ele seja. O subfinanciamento, com certeza, vai fazer com que os problemas apareçam todos os dias.

Apenas para dar um exemplo, srs. deputados, em momentos difíceis de desespero, quero aqui citar a emergência do Hospital Regional, o Instituto de Cardiologia. Quando eu e o dr. Eduardo decretamos estado de emergência e fizemos uma dispensa de licitação para construir duas portas de entrada para dois serviços, fiquei respondendo a um processo no Tribunal de Contas durante cinco anos. E passando vergonha, sendo constrangido, gastando com advogado para agora, depois de seis anos praticamente, o caso ser arquivado.

Qual o estímulo que o gestor tem, deputado Volnei Morastoni, para fazer esse enfrentamento, ter coragem e tentar resolver, se não existem recursos suficientes para a saúde pública?

Deputado Mauro de Nadal, v.exa. está preocupadíssimo, e com razão, vendo os hospitais pequenos minguando e fechando as portas. Mas na hora em que o Ministério Público federal apontar as suas ações para um ministro e não mais para um secretário estadual ou municipal, quem sabe a coisa comece a mudar. Hoje a diretora Rosina me falou que 30 pedidos administrativos são negados por dia, transformando-se em 30 ações contra o estado.

O cidadão bate na porta do vereador, bate na porta do secretário municipal, bate na porta do prefeito, mas quando é que o cidadão vai ter acesso a um ministro? Quando um cidadão vai ter acesso a um presidente da República? Como o ministério da Saúde vai sair de R\$ 48 bilhões para R\$ 100 bilhões no orçamento da Saúde, que é a necessidade atual, a não ser com dinheiro novo? E esse dinheiro novo vem de onde? Vem de impostos! E quem tem coragem de criar novos impostos neste país?

Então, srs. deputados, volto a dizer que ou se tem vontade de resolver ou daqui a um ano estarei aqui dizendo que tinha razão um ano atrás.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu querido amigo deputado Dado Cherem,

não pretendia apartear-lo para não interromper o seu pronunciamento, pois todos consideramos importante ouvi-lo pela experiência que tem pelos anos como gestor público municipal e à frente da secretaria estadual de Saúde. Cada palavra sua é importante e é tudo verdade o que v.exa. está falando e muito mais. Essa angústia compartilhamos muitas vezes.

Nos últimos dias, debruicei-me sobre os relatórios das nossas audiências públicas. Hoje, durante toda a manhã e até agora estava analisando os relatórios e fazendo o relatório final para que na audiência que v.exa. já está marcando com o governador a nossa comissão de Saúde possa apresentar a realidade do nosso estado e quais as propostas que temos.

Então, o que v.exa. está falando é isso, é essa angústia do subfinanciamento que vem em primeiro lugar, mas que todos nós compartilhamos. E vamos ter momentos importantes a partir do nosso relatório, das nossas audiências públicas, que v.exa. tem participado, e do Fórum dos Pequenos Hospitais, que também estamos quase a concluir.

Portanto, vamos ter importantes debates e propostas a serem apresentadas nesta Casa para o governo de estado, mas também na relação com os municípios e com o governo federal, sobre esse tema da saúde.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Obrigado, deputado Volnei Morastoni. Tenho certeza de que v.exa. como médico "susista" que eu sei que é, prefeito que foi e agora deputado, tem dado uma contribuição muito grande para o engrandecimento desta Casa nos debates sobre saúde pública.

Mas para encerrar, sr. presidente, quero dizer que hoje li na coluna de Moacir Pereira que o ex-governador Esperidião Amin disse que na saúde houve descentralização dos cargos e não dos serviços. Não quero aqui polemizar com o ex-governador, um homem inteligente, um homem que respeito muito pela sua história e pelo seu momento político, mas não posso me calar sobre uma inverdade que se pode tornar verdade.

Para se ter uma ideia, deputado Elizeu Mattos, nos quatro anos de governo do sr. Esperidião Amin foram descentralizados R\$ 10 milhões para todo o estado de Santa Catarina e nos quatro primeiros anos do governo de Luiz Henrique foram descentralizados R\$ 130 milhões e R\$ 228 milhões nos outros quatro anos, quase R\$ 400 milhões.

Digo isso apenas para restabelecer a verdade, sr. presidente, e tenho mais números aqui para confrontar. Mas, como disse, não é motivo de polêmica. Tenho certeza de que o ex-governador Esperidião Amin é um homem inteligente e talvez tenha recebido uma informação equivocada a esse respeito.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente só queria registrar a presença do presidente da Câmara do município de Correia Pinto, vereador Wolni Leopoldo Hames, e do vereador Marcos Fabiano Beffart.

Registro também a presença dos vereadores de São José do Cerrito: Antônio Carlos Paes de Oliveira e Hélio Matos de Oliveira, que acompanham os nossos trabalhos nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero aproveitar esse momento do partido para prestar a minha homenagem, deputado Volnei Morastoni, à nossa querida Blumenau.

A cidade de Blumenau, na próxima sexta-feira, dia 2 de setembro, comemora os seus 161 anos. É um município bem conhecido em todo o país, desde a sua fundação pelo farmacêutico dr. Hermann Bruno Otto Von Blumenau, que chegou às margens do rio Itajaí-Açu com 17 colonos. E é bom mencionar, até por uma questão de cultura e de homenagem, todos eles protestantes e, até por questões religiosas, dirigiram-se também às margens do rio Itajaí-Açu para lá edificarem a colônia, mais tarde autorizada pelo imperador Dom Pedro II e sob o comando do dr. Blumenau.

Hoje Blumenau se destaca em todas as áreas, na área cultural, na área econômica, tendo um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano do país e sendo um polo, como disse, industrial e tecnológico, na área de informática e na área têxtil, por suas empresas centenárias, como Hering e mais tarde Teksa, Artex, Sulfabril e Karsten, que tornaram Blumenau conhecida e de fato uma cidade pujante em todos os seus desafios.

Também na área educacional merece destaque a Furb e mais de dez, hoje, instituições de ensino superior que fazem também Blumenau ser uma referência na área de ensino.

Vejam que de Blumenau mais de 30 municípios foram constituídos.

Mas quero registrar a minha homenagem ao povo de Blumenau - e eu também, como já disse num aparte que pude fazer ao pronunciamento da deputada Ana Paula Lima, tive o privilégio de nascer em Blumenau - e à perspectiva de superação do povo blumenauense, marcada muito bem pela última calamidade de 2008. E todos os srs. deputados e aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital lembram muito bem da tragédia ambiental que ocorreu na cidade de Blumenau e em todo o vale do Itajaí, com 24 óbitos e mais de três mil casas destruídas nessa calamidade.

A cidade de Blumenau tem mostrado essa determinação, esse poder de superação, reconstruindo a cidade. E quero aqui reconhecer o trabalho do prefeito João Paulo Kleinübing e de todas as lideranças políticas e empresárias da cidade de Blumenau, das intervenções que foram feitas para que Blumenau pudesse respirar mais uma vez e mostrar a todo o Brasil essa virtude de superação.

Blumenau conta, hoje, com mais de 300 mil habitantes, 80 mil residências e vem buscando ocupar o seu espaço que lhe foi garantido já há 161 anos, como disse, e festejaremos essa data nesta próxima sexta-feira, dia 2 de setembro.

Por tudo isso, deputada Ana Paula Lima, e que aqui também já fez o seu pronunciamento em homenagem à cidade, quero ratificar o meu reconhecimento àqueles que foram os desbravadores, os pioneiros, mas também àqueles que ao longo dos anos, nesses 161 anos, foram agregando valores ao município de Blumenau, de todo o estado de Santa Catarina e de outras regiões do país, bem como os imigrantes que aqui chegaram,

os alemães, os italianos, posteriormente, mais tarde, os poloneses, deputado Antônio Aguiar, e os açorianos, naturalmente, que formaram essa belíssima cidade de Blumenau.

Ao concluir essa rápida homenagem, não teria outra frase mais adequada senão dizer, com todo o entusiasmo, *alles blau*, Blumenau!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas anunciar a presença do alunos da 4ª e da 10ª fases do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, que estão aqui sob a orientação do professor Eduardo Largura e também do professor Almir Pilon, que já foi assessor aqui na Assembleia Legislativa e é um excelente profissional na área de Direito, o que muito nos orgulha.

Então, quero dar as boas-vindas para essa moçada bonita que está fazendo o curso de Direito na Universidade Estácio de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns aos universitários! Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, jovens que estão aqui presentes, o horário, inicialmente, não me estava destinado, mas em função de uma troca havida neste momento vou ocupar este espaço. E gostaríamos de tecer algumas considerações sobre assuntos, deputado Mauro de Nadal, que aqui já foram tratados, especialmente relacionados à área da Saúde.

Estamos acompanhando atentamente as discussões que se desenvolvem no âmbito, especialmente, do Congresso Nacional, a respeito da regulamentação da Emenda 29, que determina os recursos mínimos a serem aplicados na área da Saúde.

Sabemos e temos certeza da importância que essa área tem para o desenvolvimento do Brasil e da necessidade de mais recursos, mas gostaríamos de chamar a atenção também para o fato de que os estados e os municípios não precisam, necessariamente, ficar aguardando a regulamentação de uma emenda federal para aumentar os seus recursos destinados a essa área. Inclusive, li em algumas matérias de jornais e revistas que alguns prefeitos dizem já ter aplicado os 15% dos recursos orçamentários na área da Saúde e que estão cumprindo a lei. Então, quero dizer aqui, respeitosamente, a esses prefeitos, até porque já fui prefeito e presidente da Federação Catarinense dos Municípios, que é absolutamente impraticável fazer saúde de qualidade aplicando apenas 15% dos recursos orçamentários nessa área; assim como é absolutamente impraticável os estados manterem uma educação de qualidade aplicando apenas 12% dos recursos orçamentários nessa área; assim como também é impraticável, pela saúde que queremos no Brasil, que a União Federal continue praticando os índices que vem praticando hoje.

Portanto, quanto a essa discussão de regulamentação da Emenda 29, gostaria de dizer aos prefeitos que não criem a ilusão de

que não vão precisar complementar com o orçamento municipal, porque é fundamental que os recursos próprios sejam também canalizados à área da Saúde em valores superiores a esse mínimo estabelecido. Aliás, os 15% de aplicação mínima dos recursos orçamentários na área da Saúde, no nosso entendimento, já deveria ter sido alterado - e defendemos que o Congresso Nacional altere isso -, porque julgamos que é importante a elevação desse percentual, pelo menos, para 20%.

Muitos municípios já praticam esses percentuais na área da Saúde. Muitos municípios já estão dentro desses percentuais, e se queremos investir em saúde preventiva, precisamos de mais recursos, mas não podemos, obviamente, esquecer da saúde curativa.

Então, gostaria de fazer esses comentários para dizer que melhorar a saúde pública no Brasil deve ser um esforço conjunto de todas as esferas de governo, um esforço conjunto, deputado Elizeu Mattos, do governo federal, dos governos estaduais e dos municípios. Apenas dessa forma teremos um conjunto de ações necessárias para que possamos ter uma saúde de qualidade para o povo brasileiro.

Temos crescido em todas as áreas; o nosso país é um dos que têm alcançado o melhor desenvolvimento do mundo, tem melhorado a qualidade de vida das pessoas, mas há áreas que precisam avançar num passo mais rápido. E não tenho dúvida de que uma dessas é a da Saúde.

Por isso, aguardamos também a regulamentação da Emenda 29, mas já deixamos plenamente consignado que nesse esforço de melhorar a saúde no Brasil os estados e os municípios também têm que fazer a sua parte, ou seja, os esforços têm que ser conjuntos.

O SUS, inclusive, apenas funciona corretamente se todas as esferas de governo fizerem a sua parte. E cito como exemplo as campanhas de vacinação, tão importantes. Se o governo federal não providenciar as vacinas, estará comprometida a campanha; se os estados não fizerem a articulação com os municípios, da mesma forma, mas se os municípios, lá na ponta, através das suas unidades de saúde não efetuarem a vacinação propriamente dita, estará comprometida a campanha. Portanto, apenas a ação conjunta garante, efetivamente, que possa funcionar a saúde, de verdade, no Brasil.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, gostaríamos de deixar essas impressões, deputado Mauro de Nadal, v.exa. que tem feito também uma cruzada pela saúde, em função de os pequenos hospitais estarem vivenciando momentos de dificuldade. Nós sabemos.

Quanto à questão da tabela do SUS, que é importante, há mecanismos que podem ser adotados, como trouxe aqui, hoje, o deputado Jailson Lima, alguns exemplos como exames rápidos para detectar problemas que podem, depois, serem prevenidos. Temos, hoje, problemas sérios, para facilitar que a ampla maioria da população tenha acesso rápido à saúde.

Portanto, sr. presidente, srs. deputados, defender uma saúde melhor para o Brasil, para os catarinenses, é defender um esforço conjunto de todas as esferas do governo na defesa do SUS, na defesa das instituições de Saúde Pública, mas também na alocação de mais recursos para essa área.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - De acordo com o Requerimento n. 227, da Mesa Diretora, e contando com a presença do deputado Mauro de Nadal, receberemos o prefeito municipal de Iporã do Oeste, sr. Adélio Marques, que nos falará a respeito daquele município e também sobre a VII Faic - Feira Agropecuária, Industrial e Comercial, apresentando, também, a rainha e as princesas da festa.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - (Faz soar a campainha!) Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria de comunicar aos deputados que estão em seus gabinetes que dentro de dez minutos iniciaremos a Ordem do Dia com vários projetos importantes a serem deliberados, mas, no momento, é visível a falta do quórum qualificado.

Dessa forma, convidamos os deputados que estão em seus gabinetes, trabalhando e acompanhando a sessão, a descer, para que tenhamos quórum na Ordem do Dia; então, que desçam para que possamos deliberar vários projetos que já estão elencados para a sessão desta tarde.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria apenas de fazer uma sugestão sobre o andamento da sessão de hoje. A Ordem do Dia inicia às 16h, e penso que talvez possamos verificar se há inscritos depois, durante a Explicação Pessoal, para invertermos a ordem das coisas, porque o tempo que um orador usa a tribuna durante esse expediente é exatamente o mesmo que precisamos para alcançarmos quórum e assim não haveria necessidade de suspender a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Agradeço a v.exa. pela colaboração, mas o próximo inscrito seria o Padre Pedro Baldissera, que está numa audiência pública agora e apenas na Ordem do Dia estará presente.

O segundo orador inscrito seria o Maurício Eskudlark. Sendo assim, aceitamos a sugestão do eminente deputado Neodi Saretta e convidamos o Maurício Eskudlark para fazer uso da palavra.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados presentes, primeiramente, gostaria de voltar a saudar a presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, Sirley Ceccatto, que juntamente com outros vereadores, Itacir Fiorese, José Carlos e Adalberto, está nesta Casa. Inclusive, já haviam sido citados pela sua presença e pelo trabalho que desenvolvem.

Gostaria, também, de parabenizar o deputado Mauro de Nadal por ter acolhido os nossos colegas da região, o prefeito de Iporã do Oeste, a rainha e as princesas, que estão distribuindo o material referente à festa que lá será realizada demonstrando a potencialidade da região.

Iporã do Oeste é um município que se tem destacado muito. Hoje, ainda, falamos sobre a região com o secretário João Rodrigues, sobre o crescimento dos municípios daquela região oeste, principalmente Pinhalzinho, que desponta com um crescimento muito grande, assim como Maravilha, Itapiranga e Iporã do Oeste. Naquela região temos uma ótima qualidade de vida, mas temos que fazer um planejamento para 2030, 2050, e alguns projetos de infraestrutura precisam ser implementados.

Na quinta-feira passada, em duas oportunidades, sobrevoamos Chapecó e tivemos dificuldades para aterrissar. Houve um pouco de turbulência, deputado Daniel Tozzo, e ainda brinquei que, pelo menos, não deveria ter sido cobrada a passagem de retorno de Chapecó a Florianópolis, porque estava todo mundo tenso pela turbulência.

O grande oeste precisa de um grande aeroporto. Entendemos que a região de São Miguel d'Oeste, por ser fronteira e estar próxima da Argentina, pela questão comercial, já que muito que entra e sai hoje é pela Foz do Iguaçu, e nos próximos anos deve passar a trífrente em Dionísio Cerqueira, entendemos que deve existir um projeto de um novo aeroporto para levar parte ou toda Base Área de Florianópolis para a região da fronteira, para São Miguel d'Oeste ou para Dionísio Cerqueira, porque hoje o grande apoio que a força aérea pode prestar, é o combate ao contrabando e, especialmente, ao tráfico de drogas. Hoje, a Base Aérea está sediada na capital do estado para um conflito internacional e proteção do nosso estado, mas pode dar uma colaboração muito grande no combate ao tráfico de drogas.

Então, entendemos que aquela região merece um aeroporto maior, com mais infraestrutura e, especialmente, um projeto para levar parte ou a Base Aérea de Florianópolis para a nossa fronteira. O objetivo é proteger as fronteiras, que estão num local estratégico e poder dar cobertura a toda a fronteira que atinge o extremo no estado do Paraná, do Mato Grosso, enfim, em toda fronteira. A parte técnica compete aos entendidos e técnicos da Aeronáutica, mas vejo que é um projeto que Santa Catarina pode buscar.

Vejo que é importante esse planejamento e há de se pensar em utilizar as nossas Forças Armadas, parte dela ou toda, no combate ao tráfico de drogas, que com certeza é a maior guerra que estamos enfrentando no dia de hoje. Não é nenhuma guerra internacional, não corremos o risco de nenhuma invasão e podemos, sim, utilizar essas forças nesse combate.

O Exército Nacional tem feito várias operações de fronteira em nosso estado, ajudando no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, e deve-se pensar, sim, em utilizar a Força Aérea e a nossa Base Aérea nesse trabalho e nesse combate.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Deputado, no início do seu pronunciamento v.exa. falou sobre o crescimento dos aeroportos de Santa Catarina. Somente para ressaltar que neste mês o aeroporto de Chapecó começou com mais uma companhia, agora com voos para Porto Alegre. E hoje a Avianca também estará fazendo o primeiro voo de uma *airbus* que começa a fazer essa rota até Chapecó. Então, hoje à noite vai descer um *airbus*

naquele município. Enfim, realmente, o setor do oeste inteiro de Santa Catarina merece investimentos, e essa questão da segurança na fronteira reforça ainda mais o quanto o oeste necessita. E certamente estaremos juntos para reivindicar e lutar para conseguir esses investimentos, porque quem vai ganhar com isso é a população, não tenho dúvida.

Parabéns pelo tema, deputado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado.

Temos que ter a preocupação com as condições de infraestrutura do estado, pela localização geográfica e pelo que verificamos, quanto às questões climáticas, muitas vezes, que o aeroporto de Chapecó não tem condições de visibilidade, e no extremo oeste existe as condições. E há uma possibilidade da mudança, inclusive, do aeroporto de São Miguel d'Oeste, que hoje não tem condições de receber essas aeronaves comerciais. E há proposta de que deve ser discutida até a nossa Força Aérea ter parte das suas instalações levada para o oeste catarinense.

Recebemos também um relatório anual da União dos Escoteiros do Brasil. E queremos parabenizar pelo trabalho que vem realizando. Tudo isso que é feito com a nossa juventude, um envolvimento nessas questões saudáveis, na questão da educação, dos esportes, merece o nosso respeito. E a União dos Escoteiros do Brasil de Santa Catarina relata ali uma série de atividades, dos municípios que são atendidos. São cerca de 90 grupos de escoteiros, perfazendo um total de 5.363 escoteiros no estado de Santa Catarina. Até tenho acompanhado em alguns municípios atividades desses grupos, a importância histórica e a importância em vários aspectos: das drogas, ambiental, enfim, tudo aquilo que pode proporcionar uma vida mais saudável.

Quero parabenizar os escoteiros do Brasil pelo belo trabalho que vem sendo feito e que vem sendo aprimorado.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Está suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos deliberar extrapauta o Projeto de Lei n. 0284/2011.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0284/2011, de origem governamental, que autoriza a secretaria de estado da Agricultura e da Pesca a indenizar criadores de animais mortos em catástrofes ambientais no ano de 2009, do extremo oeste do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global e uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único.

Da mesma forma consulto os srs. líderes se podemos deliberar o Projeto de Lei n. 0333/2011.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0333/2011, de origem governamental, que dispõe sobre a regularização de operações de crédito celebradas pelo estado com a Celesc e com a Codesc e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, faço aqui do microfone de apares esse encaminhamento.

Esse projeto tramitou, ontem, na comissão de Constituição e Justiça. Nós estávamos na referida comissão e em função da urgência urgentíssima deixamos de fazer alguma diligência ontem e levamos, hoje, para a comissão de Finanças e Tributação, onde atuamos também, um pedido de esclarecimento de alguns itens importantes desse projeto que julgávamos que deveríamos ter.

Na conversa com o líder do governo, deputado Elizeu de Mattos, ele se comprometeu de trazer essas informações. E nós apresentamos aquele conjunto de esclarecimentos que gostaríamos de ter sem que isso obstasse lá na comissão de Finanças e Tributação. Inclusive exaramos parecer pela tramitação, mas entendíamos e dizíamos que era importante que viesse tais esclarecimentos, o que o líder se comprometeu em trazê-los.

Assim, quero dizer com satisfação que há cerca de meia hora atrás o líder do governo trouxe pessoalmente, tenho em mãos aqui, as informações que julgamos importantes fazer em nome inclusive de nossa bancada, quando questionamos quais as fontes de recursos utilizáveis para honrar os contratos mútuos e o protocolo de intenções, qual o sistema de amortização que seria utilizado, a quantia de prestações, enfim, uma série de esclarecimentos que solicitamos.

Então, o líder do governo assim o fez. Temos em mãos, inclusive se houver interesse de outros deputados, estão à disposição as informações que vieram de forma pública.

Portanto, sr. presidente, em função da necessidade de votação com urgência e dado termos recebido as informações solicitadas, assim como fizemos na comissão de Constituição e Justiça e na de Finanças e Tributação, demos a nossa contribuição para a agilização do referido projeto, vamos concordar com a votação e, não apenas isso, vamos encaminhar o nosso posicionamento da bancada com voto favorável.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a aprovação desse projeto dá condições de o governo do estado firmar aquele financiamento de R\$ 40 milhões do BNDES, que serão dirigidos para fazer obras do sistema viário, mobilidade urbana na cidade de Joinville, e outros convênios, outros financiamentos.

Quero enaltecer a posição do deputado Neodi Saretta em abrir mão da prerrogativa de pedido de vista, visto que esse projeto é um projeto sem precedentes na história de Santa Catarina, um projeto de fundamental importância para a maior cidade do estado que é Joinville. E o governo Raimundo Colombo demonstra com este financiamento que não faz discriminação de partidos na gestão municipal, porque Joinville é dirigido pelo PT, mas mesmo assim o governo mantém esses financiamentos, manda recursos para fazer obras fundamentais para a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0333/2011.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Da mesma forma, consulto os srs. líderes se podemos deliberar o Projeto de Resolução n. 0003/2011, que altera a resolução n. 002, de 11 de janeiro de 2006, e adota outras providências, de autoria da Mesa Diretora da Casa.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com pareceres das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Há concordância dos srs. líderes.

Está, portanto, em deliberação o Projeto de Resolução n. 0003/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade em turno único.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0316/2011, 0317/2011, 0318/2011, 0355/2011, 0370/2011, 0376/2011, 0402/2011, 0414/2011 e 0416/2011, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0339/2011, 0374/2011, 0380/2011, 0382/2011, 0389/2011, 0405/2011, 0406/2011, 0411/2011, 0516/2011, 0519/2011, 0522/2011, 0523/2011, 0531/2011, 0542/2011, 0544/2011, 0547/2011, 0552/2011 e 0555/2011, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Também a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0479/2011, 0497/2011, 0504/2011 e 0505/2011, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0094/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0145/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0147/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0148/2011, 0151/2011, 0154/2011, 0282/2011 e 0303/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0324/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual do Surfe e dos Surfistas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0172/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação dos Pilotos e Preparadores de Automobilismo do Vale do Rio do Peixe, com sede no município de Joaçaba.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0338/2011, da comissão de Saúde, que altera a Lei n. 2.204, de 1959, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospitalar de Cedro, de São José do Cedro.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que veda o art. 170 da Constituição do Estado aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem trote contra calouros nas instituições de ensino

superior do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e parecer contrário da comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, há muito tempo vem-se discutindo a questão do trote. Nesta Casa mesmo, já foi aprovado projeto do deputado Onofre Santo Agostini no sentido de proibir os trotes nas universidades, mas tornou-se uma lei inócua, não há como fazê-la ser cumprida de fato.

A minha proposta é muito simples, isto é, a quem de fato tiver comprovada a participação em trote envolvendo violência física, violência moral, fica vedado o benefício do art. 170 da bolsa de estudos. Acredito que a única maneira de acabarmos com o trote no país é mexendo no bolso dos universitários. Entendemos que não é admissível que alunos simpatizantes da baderna sejam financiados com dinheiro público, com dinheiro do cidadão.

Por isso, a nossa proposta e o nosso apelo aos deputados é que se somem conosco nessa ação pedagógica inibidora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, já havia conversado com o deputado Ismael dos Santos. Particularmente sou contra o trote agressivo. Há outros trotes sendo desenvolvidos pelas nossas universidades, os trotes sociais, que têm ajudado as comunidades. Mas se é para mexer no bolso, vamos mexer no bolso das pessoas que têm o benefício do art. 170? E os outros? Temos é que acabar com os trotes agressivos no nosso estado. Inclusive, foi exarado parecer contrário pela comissão de Educação. Ainda tenho dúvidas sobre esse assunto.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal no painel eletrônico.

Como se trata de PLC, são necessários 21 votos favoráveis para ser aprovado.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADO DANIEL TOZZO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 21 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim".

A matéria está aprovada em primeiro

turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0129/2011, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento da Obesidade Mórvida.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que revoga o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar n. 381, de 2007 (Secretaria de Estado do Planejamento).

Ao presente projeto foram apensados os Projetos de Lei Complementar n.s 0028/2011 e 0029/2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Deputado Ismael dos Santos, v.exa. poderia explicar melhor do que trata esse PLC?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - O art. 56 dá anuência ao parcelamento do solo ao governo do estado, através da Secretaria do Planejamento, mas entendemos que isso é mais uma burocracia. Os municípios já fazem isso muito bem, há o parcelamento do solo quando se faz loteamentos, enfim, a Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente do município já faz isso. E, com essa proposta, haveria mais burocracia, mais morosidade, ou seja, é mais uma atitude contrária aos interesses do nosso cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para esclarecer, eu tive a missão de relatar essas matérias e fui muito questionado por diversas entidades, todas manifestando posição favorável à iniciativa.

Primeiro foi o deputado Ismael dos Santos, depois o deputado Marcos Vieira e também o deputado Mauro de Nadal, isso na lei complementar. Juntamos pela ordem de anterioridade, e todas foram apensadas na proposição do deputado Ismael dos Santos, mas também fomos alertados em tempo que a iniciativa do deputado Mauro de Nadal, numa lei ordinária, também era necessária para revogar dispositivos de outra lei anterior. E acredito que agora resolvemos definitivamente essa questão do parcelamento do solo por essas iniciativas, inclusive de forma complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será nominal, por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DANIEL TOZZO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 27 deputados.

Temos 27 votos "sim".

A matéria está aprovada em primeiro

turno.

Discussão e votação em primeiro

turno do Projeto de Lei n. 0294/2011, de

autoria do deputado Mauro de Nadal, que revoga o art. 5º e 13º da Lei n. 6.063, de 1982.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Mauro de Nadal, v.exa. pode explicar do que se trata a matéria, uma vez que no *caput* do enunciado restam dúvidas com relação ao tema?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Eu vou explicar, sr. presidente. Na verdade, há o projeto de lei complementar que foi relatado pelo deputado Joares Ponticelli e também este projeto de lei relatado pelo mesmo deputado, e os dois têm o mesmo objetivo. Mas, porém, existe uma lei de 1982, e depois com o advento da Constituição Federal em 1988 acabou-se direcionando as competências dos entes federados. Então, a competência para legislar sobre o parcelamento do solo é do município. E para que possamos efetivamente colocar em prática a retirada dessa exigência de que os municípios têm que submeter à Secretaria de Planejamento a anuência de qualquer parcelamento de solo, nós precisamos também da aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h18, para votarmos o segundo turno das matérias aprovadas em primeiro turno.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h18, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que veda os benefícios do art. 170 da Constituição do Estado aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem trote contra calouros nas instituições de ensino

superior do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e parecer contrário da comissão de Educação e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DANIEL TOZZO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO ALTAIR GUIDI		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	
Está encerrada a votação.		DEPUTADO CARLOS CHIODINI		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
Votaram 29 srs. deputados		DEPUTADO CIRO ROZA	sim	Está encerrada a votação.	
Temos 29 votos "sim", mas com o		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	Votaram 29 srs. deputados	
voto do deputado Antônio Aguiar passamos a		DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim	Temos 29 votos "sim".	
30 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	Está aprovada a matéria em segundo	
abstenção.		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT		turno.	
Esta aprovada a matéria em segundo		DEPUTADO DADO CHEREM		Discussão e votação em segundo	
turno.		DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	turno do Projeto de Lei n. 0129/2011, de	
Discussão e votação em segundo		DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	autoria do deputado Valmir Comin, que institui	
turno do Projeto de Lei Complementar n.		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	a Semana Estadual de Educação Preventiva e	
0027/2009, de autoria do deputado Ismael		DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	do Enfrentamento da Obesidade Mórbida.	
dos Santos, que revoga o inciso XIX do art.		DEPUTADO GILMAR KNAESEL		Conta com parecer favorável das	
56 da Lei Complementar n. 381, de 2007		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	comissões de Constituição e Justiça e de	
(secretaria de Estado do Planejamento).		DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	Saúde.	
Ao presente projeto foram aprovados		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	Em discussão.	
os PLCs n.s: 0028/2011 e 0029/2011.		DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	(Pausa)	
Conta com o parecer favorável da		DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim	Não havendo quem o queira discutir,	
Comissão de Constituição e Justiça.		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	encerramos sua discussão.	
Em discussão.		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	Em votação.	
(Pausa)		DEPUTADO KENNEDY NUNES		Os srs. deputados que o aprovam	
Não havendo quem o queira discutir,		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		permaneçam como se encontram.	
encerramos sua discussão.		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	Aprovado por unanimidade.	
Em votação.		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	Esta Presidência, antes de encerrar a	
Os srs. deputados que votarem "sim"		DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	presente sessão, convoca outra, extraordinária,	
aprovam a matéria e os que votarem "não"		DEPUTADO MOACIR SOPELSA		para as 16h10, destinada à votação da	
rejeitam-na.		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	redação final das matérias aprovadas em	
(Procede-se à votação nominal por		DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	segundo turno.	
processo eletrônico.)		DEPUTADO NILSON GONÇALVES		Está encerrada a sessão.	
		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim		

ATA DA 028ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h19, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darcy de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabeniza a prefeitura de Canoinhas que distribuirá cinco mil computadores para os alunos do ensino fundamental; pede apoio ao PL de sua autoria que prevê a distribuição de um *notebook* para cada aluno do ensino estadual público.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda as catástrofes climáticas que se sucedem no oeste.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pede a readequação da comunicação do sistema de alerta de cheias da bacia do rio Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0027/2011 e 0020/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0284/2011; 0333/2011; 0338/2011; 0324/2011; 0172/2011; 0129/2011 e 0294/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0003/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0481/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 0482/2011, de autoria da liderança do PT, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.118/2011 e 1.119/2011, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.120/2011, de autoria do deputado

Joares Ponticelli; 1.121/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.122/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; e 1.123/2011, de autoria do deputado Daniel Tozzo.

Pedido de Informação n. 0115/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre as obras na rua Monsenhor Gercino e na estrada Rio do Morro, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, reporto-me hoje ao município de Itaiópolis, no planalto norte, onde, na quinta-feira, estivemos inaugurando um centro dos idosos, que custou R\$ 178 mil aos cofres do governo do estado. Estiveram presentes no ato o dr. Alceu Gaio, o prefeito municipal e o secretário da Saúde e do Bem-Estar Social.

Estivemos também no município de São Bento do Sul, num evento do Grupo Coral e Musical Edelweiss, que contou com a presença do prefeito municipal e de outras autoridades. Parabenizo o coral, que nos proporcionou música de alta qualidade, fazendo com que todos saíssem felizes.

Também gostaria de me reportar ao centenário de Canoinhas. Será feita uma sessão solene da Assembleia Legislativa no dia 10 de setembro, às 15h30, onde estarão presentes o governador do estado e outras autoridades.

Mas gostaríamos também de nos reportar ao projeto de lei que dispõe sobre o fornecimento de um *notebook* a cada aluno do ensino fundamental da rede pública do estado de Santa Catarina.

Temos certeza de que, atualmente, o *notebook* é o instrumento de ensino mais importante para os nossos alunos. No município de Canoinhas, onde surgiu essa ideia, foram comprados cinco mil computadores que, por sinal, estão chegando hoje, quando será feita a sua entrega. Cada aluno do município receberá o seu *notebook* dentro da sala de aula, é claro, para que todos os alunos que vierem subsequentemente tenham também a parte eletrônica do ensino.

Temos que fazer com que os nossos professores sejam monitorados e tenham capacidade de fazer com que o ensino eletrônico esteja presente. E por isso gostaríamos de parabenizar o prefeito que instituiu a lousa eletrônica. Então, agora não temos somente *notebooks* para os alunos, mas também a lousa eletrônica para os mestres. O uso dessa lousa eletrônica foi inaugurado no município de Piratuba, um balneário importante de águas termais no oeste de Santa Catarina.

Gostaria de ler a justificativa do projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre o fornecimento de um *notebook* para cada aluno do ensino fundamental da rede pública do estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Justificativa

Visando a ampliar a inclusão digital em Santa Catarina, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências projeto de lei tendente a contemplar com um *notebook* cada aluno do Ensino Fundamental das instituições de ensino de rede pública do Estado, o qual será destinado exclusivamente como instrumento de aprendizagem.

Conforme justificativa apresentada no Projeto de Lei n. 7.333, de 2010, da Câmara Federal, de autoria do Deputado Federal Elizeu Padilha, o acesso a um computador conectado à internet é ferramenta útil para desenvolver algumas das competências mais importantes para o cidadão do século XXI.

[...]

Embora os preços tenham baixado nos últimos anos e os governos, nos três níveis, tenham desenvolvido diversos programas com esse objetivo, entendo ser necessária uma providência mais imediata e eficaz para que todos os estudantes brasileiros, notadamente os do ensino fundamental, tenham rapidamente esse acesso.

Juntamente com iniciativas como a criação do Programa Um Computador por Aluno (Prouca), instituído pela Lei Federal n. 12.249, de 11 de junho de 2010, e outros programas governamentais em andamento nas esferas federal, estadual e municipal, acreditamos ser possível dar a cada estudante brasileiro, de forma gradual, a posse de um computador

conectado à rede mundial de computadores."[sic]

Srs. deputados, esse é um projeto de lei importante para os nossos alunos. Como estava dizendo, o município de Piratuba já tem a lousa eletrônica. Então, não há somente os computadores nas salas de aulas, mas a lousa eletrônica para todos os alunos de Piratuba.

Quero que estendam essa ótima ideia e que o nosso secretário de Educação, Marco Tebaldi, veja com carinho a utilização de *notebook* para todos os alunos catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, com certeza o nosso Criador é generoso e bondoso com cada um de nós e Sua benção iluminará cada vez melhor a nossa caminhada.

Mas gostaria de aproveitar este momento para abordar a questão climática estadual, de maneira especial o que tem acontecido no oeste do estado, nesta última semana.

Sr. presidente, até o final da tarde de ontem nove municípios decretaram situação de emergência diante dos vendavais e das fortes chuvas que os atingiram: Campos Novos, Urubici, São Domingos, Tigrinhos, Jaguaruna, Irati, Ponte Serrada, Brunópolis e Erval Velho. Mas além desses nove municípios, outras duas cidades catarinenses foram atingidas mais fortemente pelas intempéries, Anchieta e Formosa do Sul, que decretaram estado de calamidade pública.

A título de informação, em Formosa do Sul 100% das residências do setor urbano foram atingidas. É lógico, como se trata de um município pequeno, são poucas as famílias que residem na área urbana, mas 100% delas foram atingidas pelo vendaval. Já na zona rural, 70% das residências foram atingidas, o que mostra que houve uma verdadeira devastação. Além disso, foram destruídos vários galpões e aviários, danificando a infraestrutura que permite o desenvolvimento do trabalho dos agricultores.

Então, esse é um momento difícil, mas é preciso compreender que tem que existir força de vontade para seguir adiante.

Com referência ao município de Anchieta, quase 500 casas foram atingidas, algumas mais fortemente, porém todas as mil casas da cidade ficaram sem água potável. Em torno de duas mil pessoas foram atingidas de uma forma ou de outra, causando vários transtornos e dificuldades a todas as famílias, sem contar, é claro, com os outros municípios que decretaram estado de emergência.

A Defesa Civil de Santa Catarina, no final da tarde de ontem, distribuiu, somente no município de Anchieta, mais de 10.000m de lona para atender às famílias; também Romelândia e Irati foram socorridos. Pode-se dizer que 56 municípios registraram danos e prejuízos em função do temporal da última semana.

Portanto, há uma preocupação muito grande por parte das famílias e das prefeituras, por isso precisamos, sem dúvida nenhuma, da intervenção do estado e da própria união, no sentido de amparar as famílias, dando cobertura necessária para que deem continuidade ao seu trabalho. Um total de 240 mil foram pessoas afetadas pelas chuvas

somente esta semana, em torno de três mil pessoas foram desalojadas e mais de 600 mil pessoas ficaram desabrigadas.

Então, são dados extremamente preocupantes e que precisam de uma solução rápida por parte do poder público de todas as esferas.

Agora, os recursos do fundo da Defesa Civil que se destinam a dar cobertura a essas questões são poucos, já que advêm dos 2% das taxas da Segurança Pública. Em 2010 cerca de R\$ 6,5 milhões entraram no fundo.

Por isso, demos entrada a um projeto de lei no sentido de garantir para esse fundo recursos advindos dos 45% que são pagos pelas empresas geradoras de energia no estado, a fim de que parte desse percentual se destine a socorrer cidades e pessoas vítimas de calamidades públicas.

Quero lembrar que as concessionárias de energia elétrica pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de compensação financeira. Desse valor, 45% dos recursos são destinados aos municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, os estados têm direito a outros 45% e a união fica com 10% do total.

Então, desses recursos que entram nos cofres do estado, que um percentual seja destinado a compor o fundo da Defesa Civil, que atenderá as necessidades nos momentos de intempéries.

Era isso, sr. presidente, o que tinha para dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e todos os que estão atentos aos pronunciamentos desta Casa, primeiramente gostaria de fazer um registro e agradecer o carinho, a atenção das pessoas que me receberam, no último final de semana, no município de Blumenau, no Hotel Viena, onde a Pastoral da Criança fez um evento reunindo todas as pessoas responsáveis, atuantes, todos os voluntários, os coordenadores de Santa Catarina, especialmente da regional do vale do Itajaí.

Os integrantes da pastoral, depois de uma missa celebrada pelo padre, tiveram a oportunidade de comemorar o Dia Estadual da Pastoral da Criança, que foi estabelecido por lei aprovada nesta Casa, determinando o dia 25 de agosto como o Dia da Estadual da Pastoral da Criança.

O dia 25 de agosto é a data de nascimento da catarinense Zilda Arns, uma mulher que mostrou o seu valor, a sua capacidade, o seu dinamismo e o seu idealismo, acima de tudo. Uma médica, uma mulher comprometida com a sociedade, com o bem-estar principalmente das crianças não somente de Santa Catarina e do Brasil, como também do mundo, dando, através da Pastoral da Criança, um grande exemplo.

Tive a oportunidade de receber uma homenagem naquele dia e quero dizer que mais importante do que ser reconhecido como deputado autor da lei que criou o Dia Estadual da Pastoral da Criança para homenagear a catarinense Zilda Arns, é ser conhecido como voluntário da Pastoral da Criança, porque me comovi muito com aquele movimento, que mostrou a importância dos pequenos gestos, pois às vezes nos gestos mais simples, na

soma desses gestos, na soma dessas atitudes, é que se constroem as grandes diferenças.

Nesse sentido, quero ser voluntário também da Pastoral, colocando-me à disposição, cobrando do governo do estado uma ajuda a esse movimento, que não é um movimento de vínculo religioso, é um movimento extremamente importante que valoriza a criança, que valoriza a família, que valoriza aqueles que mais precisam da ajuda. E a Pastoral da Criança é justamente a mão estendida, a mão que ajuda as crianças e que contribui para o seu desenvolvimento.

Por isso, quero agradecer novamente à Pastoral da Criança e aos coordenadores pelo gesto, pela homenagem, além de parabenizá-la, porque no dia 25 de agosto tivemos a homenagem a Zilda Arns através do Dia Estadual da Pastoral da Criança.

Quero também, sr. presidente, levantar um assunto e fazer uma cobrança e uma proposta ao governo do estado. Quando exercemos a função de secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável no governo de Luiz Henrique, tivemos a oportunidade de fazer um convênio com a Furb, de Blumenau, mais precisamente com o Ceops, para fazer a modernização no sistema de telemetria do vale do Itajaí.

O sistema de telemetria é o sistema que faz a análise da quantidade de chuva, que faz a análise pluviométrica do nível da chuva, do nível do rio, enfim, verifica exatamente quando está chovendo, qual é o nível do rio, faz o cálculo matemático e a previsão com cerca de oito ou dez horas de antecedência.

Foram instaladas 16 estações telemétricas para fazer a comunicação de cada estação com o Ceops, através de um sistema de telefonia celular, um sistema que chamamos de comunicação de GPRS. Contudo, esse sistema acabou, de certa forma, apresentando falhas por culpa da operadora de telefonia celular, por culpa de quem fez a

instalação. A verdade é que não se conseguiu detectar exatamente quem foi o culpado de as estações não estarem transmitindo adequadamente as informações necessárias.

Assim, sr. presidente, estamos fazendo, neste momento, um pedido e apresentando uma proposta à Defesa Civil do estado, ao secretário Geraldo Althoff, ao governador Raimundo Colombo, no sentido de que se transforme a comunicação dessas estações de telemetria em sistema GPRS, ou seja, via satélite.

Entendemos que não há possibilidade, srs. parlamentares e sras. parlamentares, de deixar quase um milhão de habitantes do vale do Itajaí à mercê de uma comunicação falha por culpa de uma operadora de telefonia celular. Queremos e vamos exigir do governador do estado e do secretário de Defesa Civil que seja avaliada a possibilidade de mudar esse sistema para um sistema de comunicação via satélite, que é mais confiável e que pode transmitir as informações em tempo menor, de 15 em 15 minutos ou, no máximo, de hora em hora, para que tenhamos realmente a previsão com oito a dez horas de antecedência.

E o que queremos é que as 16 estações implantadas no vale do Itajaí, que hoje são suficientes para fazer essa previsão com oito a dez horas de antecedência, sejam realmente trabalhadas numa comunicação via satélite, numa comunicação que não dê mais problema, uma comunicação ágil e eficiente e que realmente dê garantias de segurança para toda a comunidade do vale do Itajaí.

Sr. presidente, amanhã estaremos recebendo o governador na secretaria de Desenvolvimento Regional de Timbó e pretendemos apresentar esse levantamento a sua excelência, demonstrando que o custo não é muito alto pela importância desse investimento para todo o vale do Itajaí. Temos certeza de que com R\$ 200 ou R\$ 300 mil conseguiremos fazer a transformação de todas

as estações de telemetria. O mais caro é o custeio mensal, mas com R\$ 10 mil ou R\$ 15 mil poderemos ter uma comunicação eficiente, ágil.

Ontem tivemos novamente um problema no município de Blumenau e em vários municípios do vale do Itajaí. Por exemplo, o município de Presidente Getúlio teve o centro da cidade alagado; em Blumenau, felizmente, apenas 19 residências foram atingidas com alagamentos.

Então, temos que ter um sistema seguro, confiável, um sistema que seja realmente ágil e que dê segurança para toda a comunidade do vale do Itajaí. E é dentro desse raciocínio que defenderemos que o sistema de comunicação via satélite seja implantado, para que toda a comunidade do vale do Itajaí tenha segurança. Não vou descansar enquanto isso não for resolvido e amanhã vou entregar pessoalmente esse levantamento ao governador Raimundo Colombo, com a certeza de que, com sensibilidade, determinará que se busque uma solução imediata, pois a comunidade do vale do Itajaí não pode ficar à mercê da ineficiência de um sistema de telefonia celular que, até em função do congestionamento, acaba falhando e gerando problemas graves para toda a região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem aprovadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 009, de 31 de agosto de 2011

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. O servidor titular de cargo efetivo que tiver exercido cargo em comissão ou função de confiança, incluída a gratificação de exercício, mesmo que em substituição, ininterrupto ou não, fará jus, a título de adicional de exercício, à razão de dez por cento ao ano, até o limite de cem por cento, ao valor da diferença entre o vencimento do cargo de provimento efetivo e o vencimento do cargo de provimento em comissão ou o valor da função de confiança.

§ 1º Enquanto estiver no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor não receberá o adicional de exercício, ressalvada a opção pela retribuição mais vantajosa, vedada em qualquer hipótese a percepção cumulativa.

§ 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo, nos termos da lei, deverá integrar-se para o efeito de concessão do benefício decorrente da aplicação deste artigo.

§ 3º O servidor que após conquistar cem por cento vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança, cujo valor atribuído em cada caso ultrapassar aqueles já adicionados, poderá optar pela atualização, mediante substituição dos percentuais anteriormente conquistados ano a ano, pelos novos cálculos, na mesma proporção, observada a correlação estabelecida no Anexo XIII desta Resolução.

§ 4º Quando o servidor, no período de doze meses, tiver exercido mais de um cargo em comissão ou de uma função de confiança, a fração anual será calculada proporcionalmente sobre os valores dos cargos em comissão ou das funções de confiança, exercidos mês a mês, tomando-se por base, no mês, aquele exercido por mais tempo.

§ 5º Para efeito do disposto no *caput*, incidirá contribuição previdenciária nos termos da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos financeiros a partir do ato de concessão do benefício, respeitado o disposto na parte final do parágrafo seguinte quando for o caso, vedados efeitos financeiros retroativos.

§ 7º O benefício previsto neste artigo será concedido ao servidor beneficiado com a gratificação prevista no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, tendo como base de cálculo o respectivo percentual previsto na Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, e será devido somente após a sua aposentadoria.

§ 8º Em nenhuma hipótese será permitida a concessão do benefício de que trata este artigo em limite superior a cem por cento, ainda que mais de uma função ou cargo comissionado tenha sido exercido concomitantemente." (NR)

Art. 2º Será atribuída a estabilidade financeira da gratificação de exercício pertinente ao cargo de provimento em comissão ocupado na vigência da Resolução nº 002, de 2006, observados os parâmetros estabelecidos no ato concessivo do benefício, ao servidor inativo que obteve a concessão do adicional de exercício sob a égide da redação original do art. 26 da Resolução nº 002, de 2006, ou que tenha assegurada estabilização financeira nos termos da lei.

Art. 3º O art. 28 da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. Ao servidor efetivo que concluir curso de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, ministrado em instituição de nível superior ou a ela vinculado, reconhecido pelo Ministério da Educação ou por Conselho Estadual de Educação, será concedido adicional de pós-graduação, desde que em efetivo exercício na Assembleia Legislativa, de acordo com os índices de vencimento estabelecidos no Anexo X desta Resolução, vedada a cumulação.

§ 1º O adicional previsto no *caput* deste artigo é devido ao servidor, a partir do requerimento que comprove a conclusão do curso de pós-graduação presencial com duração mínima de trezentas e sessenta horas, realizado nas seguintes áreas ou habilitações:

I - de administração pública, independentemente do cargo ocupado pelo servidor; ou

II - previstas nos Anexos IV-C e IV-D dos Grupos de Atividades de Nível Superior e de Assessoria Institucional, desta Resolução.

§ 2º O adicional de que trata o *caput* deste artigo integrará os proventos de aposentadoria do servidor após o apostilamento do diploma ou certificado do histórico escolar nos seus assentamentos funcionais.

§ 3º O servidor deverá juntar ao requerimento a que alude o § 1º o trabalho de conclusão do curso, que ficará disponibilizado para consulta na Biblioteca Deputado Marcelino Antônio Dutra.

§ 4º Perderá o benefício do adicional de pós-graduação o servidor que deixar de cumprir o disposto neste artigo quanto ao efetivo exercício na Assembleia Legislativa, salvo disposição em contrário estabelecida em termo de convênio, conforme dispõe o art. 29 desta Resolução, ou quando ocupar cargo de provimento em comissão.” (NR)

Art. 4º Ao servidor que comprovar, no prazo de até trinta dias, perante a Diretoria de Recursos Humanos, que esteja cursando pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, na data de publicação desta Resolução, não se aplica o disposto no § 1º do art. 28 da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 31 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0003.4/2011

O Projeto de Resolução nº 0003.4/2011 passa a tramitar com a seguinte redação:

“Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 26. O servidor titular de cargo efetivo que tiver exercido cargo em comissão ou função de confiança, incluída a gratificação de exercício, mesmo que em substituição, ininterrupto ou não, fará jus, a título de adicional de exercício, à razão de dez por cento ao ano, até o limite de cem por cento, ao valor da diferença entre o vencimento do cargo de provimento efetivo e o vencimento do cargo de provimento em comissão ou o valor da função de confiança.

§ 1º Enquanto estiver no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor não receberá o adicional de exercício, ressalvada a opção pela retribuição mais vantajosa, vedada em qualquer hipótese a percepção cumulativa.

§ 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo, nos termos da lei, não

alcançado pela estabilização financeira, deverá integrar-se para o efeito de concessão do benefício decorrente da aplicação deste artigo.

§ 3º O servidor que após conquistar cem por cento vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança, cujo valor atribuído em cada caso ultrapassar aqueles já adicionados, poderá optar pela atualização, mediante substituição dos percentuais anteriormente conquistados ano a ano, pelos novos cálculos, na mesma proporção, observada a correlação estabelecida no Anexo XIII da Resolução nº 002, de 2006.

§ 4º Quando o servidor, no período de doze meses, tiver exercido mais de um cargo em comissão ou de uma função de confiança, a fração anual será calculada proporcionalmente sobre os valores dos cargos em comissão ou das funções de confiança, exercidos mês a mês, tomando-se por base, no mês, aquele exercido por mais tempo.

§ 5º Para efeito do disposto no *caput*, incidirá contribuição previdenciária nos termos da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos financeiros a partir do ato de concessão do benefício, respeitado o disposto na parte final do parágrafo seguinte quando for o caso, vedados efeitos financeiros retroativos.

§ 7º O benefício previsto neste artigo será concedido ao servidor beneficiado com a gratificação prevista no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, tendo como base de cálculo o respectivo percentual previsto na Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, e será devido somente após a sua aposentadoria.

§ 8º Em nenhuma hipótese será permitida a concessão do benefício de que trata este artigo em limite superior a cem por cento, ainda que mais de uma função ou cargo comissionado tenha sido exercido concomitantemente. (NR)

Art. 2º Será atribuída a estabilidade financeira da gratificação de exercício pertinente ao cargo de provimento em comissão ocupado na vigência da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, observados os parâmetros estabelecidos no ato concessivo do benefício, ao servidor inativo que obteve a concessão do adicional de exercício sob a égide da redação original do art. 26 da Resolução nº 002, de 2006, ou que tenha assegurada estabilização financeira nos termos da lei.

Art. 3º O art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 28. Ao servidor efetivo que concluir curso de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, ministrado em instituição de nível superior ou a ela vinculado, reconhecido pelo Ministério da Educação ou por Conselho Estadual de Educação, será concedido adicional de pós-graduação, desde que em efetivo exercício na Assembleia Legislativa, de acordo com os índices de vencimento estabelecidos no Anexo X desta Resolução, vedada a cumulação.

§ 1º O adicional previsto no *caput* deste artigo é devido ao servidor, a partir do requerimento que comprove a conclusão do curso de pós-graduação presencial com duração mínima de trezentas e sessenta horas, realizado nas seguintes áreas ou habilitações:

I - de administração pública, independentemente do cargo ocupado pelo servidor; ou

II - previstas nos Anexos IV-C e IV-D dos Grupos de Atividades de Nível Superior e de Assessoria Institucional, desta Resolução.

§ 2º O adicional de que trata o *caput* deste artigo integrará os proventos de aposentadoria do servidor após o apostilamento do diploma ou certificado do histórico escolar nos seus assentamentos funcionais.

§ 3º O servidor deverá juntar ao requerimento a que alude o § 1º o trabalho de conclusão do curso, que ficará disponibilizado para consulta na Biblioteca Deputado Marcelino Antônio Dutra.

§ 4º Perderá o benefício do adicional de pós-graduação o servidor que deixar de cumprir o disposto neste artigo quanto ao efetivo exercício na Assembleia Legislativa, salvo disposição em contrário estabelecida em termo de convênio, conforme dispõe o art. 29 desta Resolução, ou quando ocupar cargo de provimento em comissão.” (NR)

Art. 4º Ao servidor que comprovar, no prazo de até trinta dias, perante a Diretoria de Recursos Humanos, que esteja cursando pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, na data de publicação desta Resolução, não se aplica o disposto no § 1º do art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 31/08/11

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva Global visa:

a) ao aperfeiçoamento do texto original proposto quanto à redação do *caput* do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, suprimindo-lhe a extensão do benefício ali previsto ao servidor que tiver sido designado para o exercício das atribuições dos órgãos de assessoramento superior à Mesa previstos no art. 2º, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 (art. 1º da proposição);

b) estabelecer que o benefício de adicional de exercício no caso referido no proposto § 7º do art. 26 dar-se-á a partir da vigência da Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, que dispôs sobre a concessão de gratificação de penosidade, insalubridade e risco de morte, no âmbito da Alesc, e será devido somente após a aposentadoria do servidor beneficiário;

c) acrescentar, ainda, o § 8º ao citado art. 26, para o fim de vedar a concessão do benefício ali previsto em limite superior a cem por cento; e

d) acrescentar outros critérios relativos à concessão do adicional de pós-graduação previsto no art. 28 da referida Resolução (art. 3º do presente Projeto de Resolução), ressalvado o caso do art. 4º desta Emenda Substitutiva Global.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

EMENDA REDACIONAL À EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0003.4/2011

O § 2º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, a que se refere o art. 1º do PRS nº 0003.4/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 26
.....

"§ 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo nos termos da lei deverá integrar-se para o efeito de concessão do benefício decorrente da aplicação deste artigo."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Presidente

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Redacional visa a corrigir inexatidão detectada na redação conferida pela Emenda Substitutiva Global ao § 2º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, enunciado no art. 1º do presente Projeto de Resolução, atribuindo, dessa forma, coerência a própria redação do § 2º e a perfeita conexão com o *caput* do artigo, bem como expressando de forma adequada o objetivo da precitada Emenda Substitutiva Global.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO RESOLUÇÃO Nº 003/11

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. O servidor titular de cargo efetivo que tiver exercido cargo em comissão ou função de confiança, incluída a gratificação de exercício, mesmo que em substituição, ininterrupto ou não, fará jus, a título de adicional de exercício, à razão de dez por cento ao ano, até o limite de cem por cento, ao valor da diferença entre o vencimento do cargo de provimento efetivo e o vencimento do cargo de provimento em comissão ou o valor da função de confiança.

§ 1º Enquanto estiver no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor não receberá o adicional de exercício, ressalvada a opção pela retribuição mais vantajosa, vedada em qualquer hipótese a percepção cumulativa.

§ 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo, nos termos da lei, deverá integrar-se para o efeito de concessão do benefício decorrente da aplicação deste artigo.

§ 3º O servidor que após conquistar cem por cento vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança, cujo valor atribuído em cada caso ultrapassar àqueles já adicionados, poderá optar pela

atualização, mediante substituição dos percentuais anteriormente conquistados ano a ano, pelos novos cálculos, na mesma proporção, observada a correlação estabelecida no Anexo XIII desta Resolução.

§ 4º Quando o servidor, no período de doze meses, tiver exercido mais de um cargo em comissão ou de uma função de confiança, a fração anual será calculada proporcionalmente sobre os valores dos cargos em comissão ou das funções de confiança, exercidos mês a mês, tomando-se por base, no mês, aquele exercido por mais tempo.

§ 5º Para efeito do disposto no *caput*, incidirá contribuição previdenciária nos termos da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008.

§ 6º O disposto neste artigo produzirá efeitos financeiros a partir do ato de concessão do benefício, respeitado o disposto na parte final do parágrafo seguinte quando for o caso, vedados efeitos financeiros retroativos.

§ 7º O benefício previsto neste artigo será concedido ao servidor beneficiado com a gratificação prevista no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, tendo como base de cálculo o respectivo percentual previsto na Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, e será devido somente após a sua aposentadoria.

§ 8º Em nenhuma hipótese será permitida a concessão do benefício de que trata este artigo em limite superior a cem por cento, ainda que mais de uma função ou cargo comissionado tenha sido exercido concomitantemente." (NR)

Art. 2º Será atribuída a estabilidade financeira da gratificação de exercício pertinente ao cargo de provimento em comissão ocupado na vigência da Resolução nº 002, de 2006, observados os parâmetros estabelecidos no ato concessivo do benefício, ao servidor inativo que obteve a concessão do adicional de exercício sob a égide da redação original do art. 26 da Resolução nº 002, de 2006, ou que tenha assegurada estabilização financeira nos termos da lei.

Art. 3º O art. 28 da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. Ao servidor efetivo que concluir curso de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, ministrado em instituição de nível superior ou a ela vinculado, reconhecido pelo Ministério da Educação ou por Conselho Estadual de Educação, será concedido adicional de pós-graduação, desde que em efetivo exercício na Assembleia Legislativa, de acordo com os índices de vencimento estabelecidos no Anexo X desta Resolução, vedada a cumulação.

§ 1º O adicional previsto no *caput* deste artigo é devido ao servidor, a partir do requerimento que comprove a conclusão do curso de pós-graduação presencial com duração mínima de trezentas e sessenta horas, realizado nas seguintes áreas ou habilitações:

I - de administração pública, independentemente do cargo ocupado pelo servidor; ou

II - previstas nos Anexos IV-C e IV-D dos Grupos de Atividades de Nível Superior e de Assessoria Institucional, desta Resolução.

§ 2º O adicional de que trata o *caput* deste artigo integrará os proventos de aposentadoria do servidor após o apostilamento do diploma ou certificado do histórico escolar nos seus assentamentos funcionais.

§ 3º O servidor deverá juntar ao requerimento a que alude o § 1º o trabalho de conclusão do curso, que ficará disponibilizado para consulta na Biblioteca Deputado Marcelino Antônio Dutra.

§ 4º Perderá o benefício do adicional de pós-graduação o servidor que deixar de cumprir o disposto neste artigo quanto ao efetivo exercício na Assembleia Legislativa, salvo disposição em contrário estabelecida em termo de convênio, conforme dispõe o art. 29 desta Resolução, ou quando ocupar cargo de provimento em comissão." (NR)

Art. 4º Ao servidor que comprovar, no prazo de até trinta dias, perante a Diretoria de Recursos Humanos, que esteja cursando pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, na data de publicação desta Resolução, não se aplica o disposto no § 1º do art. 28 da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***